

Acende Brasil defende dotação orçamentária para aporte na CDE

http://www.jornaldaenergia.com.br/ler_noticia.php?id_noticia=12818&id_secao=17

Claudio Sales participou de reunião da Comissão Mista que analisa a MP605

Por Fabíola Binas

O presidente do **Instituto Acende Brasil, Claudio Sales** esteve na reunião da comissão incumbida de discutir no Senado, a Medida Provisória 605/13, que trata das mudanças na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Durante o encontro ocorrido nesta terça-feira (12/3), o especialista fez considerações a respeito de um possível aprimoramento da matéria colocada em pauta.

A medida foi elaborada pelo governo para sanar o problema da exposição financeira das empresas ao alto gasto com geração térmica, em decorrência da baixa afluência dos reservatórios hidrelétricos. Mas como os recursos da CDE poderiam não ser suficientes para suprir os custos extras do setor, principal objetivo da conta, ela passa a receber também um reforço do Tesouro Nacional.

Para o representante do **Acende**, o objetivo da MP é legítimo, porém alguns ajustes podem torná-la mais eficiente. "O perigo nessa situação é que o componente aporte da União, não está regulamentado de forma sustentável", afirmou ao lembrar que o governo mencionou que a verba aportada pelo Tesouro, dentro do CDE, viria do uso da receita de Itaipu, sem estar garantido que no próximo ano, haveria essa alocação. Por isso, **Sales** sugeriu que esta contrapartida do governo seja fixada no orçamento da União.

O presidente da Acende ponderou ainda que entre as fontes de verba da CDE estão os recursos arrecadados com o pagamento da taxa de Uso do Bem Público (UBP) do geradores hidrelétricos, das multas arrecadadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do reposicionamentos arrecadados dos agentes por meio de cotas anuais. Diante disso, **Sales** sugeriu que fosse estipulado um teto para estas cotas, para que, caso as previsões sejam ultrapassadas, as distribuidoras não sejam oneradas além do esperado.

"A ideia é não cair na armadilha da CDE, fixa-se de maneira perene a contrapartida que o governo vai dar, fixa-se o limite das cotas, para caso aquilo ultrapasse o que está previsto", afirmou ao explicar que, com isso, a conta teria um previsibilidade de orçamento mais segura. "Lembremos que arrecadação com multas não é um componente controlável", argumentou aos membros da comissão.

Diante das colocações do **presidente da Acende**, o senador Edison Lobão Filho (PMDB/MA), que estava capitaneando o encontro, pediu que o representante da entidade reunisse estes pontos em um documento para ser entregue ao relator da MP 605, deputado federal Alexandre Santos (PMDB-RJ). "Não podemos ser irresponsáveis. Nós sabemos que as empresas do setor têm suas responsabilidades de investimento", comentou Lobão Filho ao mencionar que as sugestões seriam analisadas.